



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº
039/2022/CPLO/SUPEL/RO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0004.067979/2022-80/CBM/RO

OBJETO: Construção de piscina no Centro de Treinamento Operacional do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia, no município de Porto Velho/RO.

DATA DA SESSÃO: 08/12/2022.

HORÁRIO: 08h.

Aos **oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois às oito horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 09 de 17 de janeiro de 2022**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, contra decisão de inabilita-la no presente certame em Ata de Reunião de **21/11/2022**, e disponibilizado no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel na mesma data, que teve sua sessão inaugural em **17/11/2022 às 09h**.

I - DAS PRELIMINARES

- 1)** Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, contra o resultado do julgamento dos documentos de HABILITAÇÃO referente à **Tomada de Preços nº 039/2022/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2)** CONTRARRAZÕES – não houve interesse por parte das empresas participantes do certame em contrarrazoar.
- 3)** Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93.

II - DAS FORMALIDADES

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgando o **Aviso de Recurso (ID 0034010486)** e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III - DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou por não conter qualificação técnica profissional para os serviços de *"armação de laje de uma estrutura convencional de concreto; sistema de filtragem; execução de serviços de revestimento cerâmico em pastilhas de porcelana; e concreto FCK = 30MPA"*, descumprindo assim, o exigido no item 16.4, alíneas b) do Edital, alegando que:

1) Verifica que, *"[...] da realização do certame, houve condutas adotadas pela administração pública que afetaram frontalmente o viés competitivo que se visa experimentar em uma licitação. Isso porque, conforme se visa expor na presente, atos que implicam em descumprimento direto de normas regentes do procedimento licitatório e princípios, com nítida parcialidade e subjetivismo."*

2) Ainda que, *"[...] A recorrente para comprovar a sua qualificação técnica profissional, indicou como responsável técnico o Engº Civil Jorge José Amaro Junior, devidamente registrado no CREA-PA sob o nº 11787-D/PA, bem como as Certidões de Acervo Técnico [...]"*, conforme indicado no CAT nº 272122/2022 (as folhas 0055/0103) numeração da **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, onde é comprovada a experiência do profissional na execução dos seguintes serviços:

- 001.06: ESTRUTURA:

- 001.06.01.09 - Concreto armado Fck= 25mpa com forma aparente;
- 001.06.01.13 - Concreto armado p/ calhas e percintas;
- 001.06.01.14 - Concreto armado p/ rufos;
- 001.06.02.01 - Armação para concreto;
- 001.06.02.04 - Desforma;
- 001.06.02.05 - Forma c/ madeira branca;

- 001.13: REVESTIMENTOS:

- 001.13.22 - Pastilha de vidro 2,5 x 2,5cm;
- 001.13.28 - Revestimento cerâmico padrão alto;

- 001.15: PISO:

- 001.15.35 - Porcelanato (natural) – padrão alto;

- 001.23: INSTALAÇÕES ESPECIAIS:

- 001.23.03 - Poço tubular d= 6" – prof. 80m;

3) Aduz que, *"[...] Tais itens acima elencados foram destacados na documentação apresentada, pois são serviços com técnica executiva com complexidade igual ou superior a execução de um alambrado metálico, conforme exigido no edital."*

4) Por último, solicita que seja reformada a decisão que declarou como inabilitada a respectiva empresa, forme o motivos consignados na peça recursal, tendo em vista o descumprimento/desrespeito às normas legais.

IV - DA ANÁLISE DOS FATOS QUANTO AO RECURSO:

A CPLO, ao compulsar a documentação de habilitação apresentada pela empresa requerente, constatou que, no quesito exigido no item 16.4, alíneas b) do Edital do Edital *"armação de laje de uma estrutura convencional de concreto; sistema de filtragem; execução de serviços de revestimento cerâmico em pastilhas de porcelana; e concreto FCK = 30MPA"*, a mesma não comprovou qualificação técnica profissional para os serviços supracitados.

Através da Declaração de Indicação das Instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico emitido pela empresa requerente às fls 83 e 84 SEI ID (0033724978) documentação de habilitação, o responsável técnico indicado é o Engº Civil Jorge José Amaro Junior. Constatamos a Certidão de Acervo Técnico às fls

57 SEI emitido pelo CREA PA em favor do então responsável técnico indicado pela requerente, onde não há comprovação de execução dos serviços acima descritos.

Em contrapartida, visualizamos o CAT nº 234279/2021 CREA/PA em favor do engenheiro civil Vinícius Rodrigues Marques comprovando que esse profissional executou os serviços exigidos no escopo editalício (fls. 65 SEI) . Inclusive a retromencionada certidão é vinculada ao Atestado de Capacidade Técnica emitido Clínica TOP FISIO Ltda ME (fls. 67) em favor da requerente.

Portanto através da documentação apresentada pela empresa requerente, o profissional que executou os serviços exigidos no item 16.4 alínea "b" do edital foi o Engenheiro Civil Sr. Vinícius Rodrigues Marques, e não o responsável técnico indicado Engº Civil Jorge José Amaro Junior, deixando dessa forma a requerente, de comprovar a aptidão técnica profissional. .

Em alinhamento a esse entendimento, o TCU conferiu o seguinte conteúdo da ementa daquele acórdão

A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se à existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado. [Acórdão 1332/2006-TCU-Plenário](#)

Ao afirmar que o resultado da análise dos documentos de habilitação apresentado pela empresa requerente proferido em Ata de Reunião (...) *apoia-se em exigência editalícia que, a bem da verdade, nem deveria existir, uma vez tratar-se de afronta direta aos ditames entabulados pela Lei e jurisprudência pátria.* (...). Essa Comissão de Licitação ressalta que todo procedimento licitatório executado pela CPLO é pautado com estrita observância na legislação vigente.

O próprio edital no Preâmbulo informa que os atos licitatórios estão de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações Lei Estadual nº 2414 de 18 de fevereiro de 2011.

Se a empresa não concorda com alguma norma contida no edital, tem a prerrogativa de postular Pedido de Esclarecimento ou até mesmo Impugnação ao edital. No entanto, constatamos a ausência de pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital postulada pela requerente, conforme previsto no item 14 do edital.

14 DO DIREITO DE PETIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS EDITAL

14.1 - A impugnação e os recursos do presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº. 8.666/93 deverá estar em conformidade com o disposto no art. 41, §§ 1º e 2º, e Art. 109 I e alíneas e §§ 2º, 3º, 4º e 5º da retro citada Lei.

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

Como paradigma, considerar-se-á o seguinte aresto:

Processo RMS 15051 / RS RECURSO ORDINARIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2002/0075521-5 Relator(a) Ministra ELIANA CALMON (1114) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 01/10/2002 Data da Publicação/Fonte DJ 18.11.2002 p. 166 LEXSTJ vol. 159 p. 50

Ementa ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - DECADÊNCIA - COMPATIBILIDADE COM A EXIGÊNCIA DE PREÇOS UNITÁRIOS E COM O VALOR GLOBAL.

- 1. A partir da publicação do edital de licitação, nasce o direito de impugná-lo, **direito que se esvai com a aceitação das regras do certame, consumando-se a decadência** (divergência na Corte, com aceitação da tese da decadência pela 2ª Turma - ROMS 10.847/MA).*
- 2. A licitação da modalidade menor preço compatibiliza-se com a exigência de preços unitários em sintonia com o valor global – arts. 40, 44, 45 e 48 da Lei 8.666/93.*
- 3. Previsão legal de segurança para a Administração quanto à especificação dos preços unitários, que devem ser exequíveis com os valores de mercado, tendo como limite o valor global.*
- 4. Recurso improvido.*

Todavia, a recorrente não impugnou o edital no prazo legal, motivo pelo qual, não cabe alegar em sede recursal que o edital possui vícios, haja vista que o direito a impugnar as normas editalícias está precluso. Nesse sentido, oportunamente colaciona-se a decisão exarada pela 2ª Turma do STJ: “I – o edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público. II – Se o Recorrente, ciente das normas editalícias, não apresentou em época oportuna qualquer impugnação, ao deixar de atendê-las incorreu o risco e na possibilidade de sua desclassificação, com de fato ocorreu”. (RMS nº 10847/MA). (gn). De qualquer modo, em respeito ao contraditório e à ampla defesa, analisaremos o mérito da questão apresentada.

Desta forma, caso o licitante não tenha apresentado qualquer impugnação ao edital, no prazo estabelecido na lei, e, a par disso, tenha adotado uma ação positiva, ou seja, a participação na licitação, deve-se entender que, de fato, não seria mais possível a ele arguir vícios futuros no edital.

Neste sentido é a lição de Marçal Justen Filho, para quem é necessária a conjugação destes dois fatores – ausência de impugnação do edital e participação na licitação – para que o licitante fique impedido de arguir perante o Judiciário o vício porventura existente. Estas são as palavras do mencionado professor:

“Daí se segue que o puro e simples silêncio ou a mera omissão não podem ser interpretados como manifestação de vontade, segundo as concepções clássicas da Teoria Geral do Direito. Como regra, a renúncia a direito pode ser produzida quando o silêncio for qualificado ou acompanhado de alguma outra forma de manifestação inequívoca de vontade. Isso permite afirmar que o sujeito que participa de uma licitação, submetendo-se a todas as exigências contempladas no ato convocatório, atual tal como se não tivesse ressalva ou divergência em vista das cláusulas editalícias.

Ou seja, a questão não reside na pura e simples omissão de impugnar as condições do edital, mas na participação no certame, sem ressalvas. Somam-se duas condutas distintas: ausência de impugnação (atuação omissiva) e participação no certame (atuação ativa), permitindo-se extrair-se a inferência de que o sujeito manifestara sua concordância com as condições estabelecidas e a renúncia a discordâncias.”

V – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação conhece o Recurso Administrativo interposto, para **negar-lhe provimento**, mantendo sua decisão de inabilitação da empresa **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, com base na Lei Federal nº 8.666/93. Portanto fica mantida a decisão proferida na Ata do dia 21/11/2022 **INABILITADA** a empresa: **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, **HABILITADA** a empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO**. Porto Velho/RO, aos **oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois às oito horas e trinta minutos**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:**ERALDA ETRA MARIA LESSA**

Presidente

SMIR PAIVA DO ESPIRITO SANTO

Membro

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 09/12/2022, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 09/12/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 09/12/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0034257583** e o código CRC **ED30F2A9**.